

Da América Espanhola à Portuguesa: aspectos políticos e administrativos do Estado Cisplatino Oriental no contexto das Independências

From Spanish to Portuguese America: political and administrative aspects of the “Estado Cisplatino Oriental” in the context of the Independences

Fábio Ferreira

Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF), mesma instituição pela qual Fábio Ferreira obteve o título de Doutor em História, no ano de 2012. Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ (2007). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (2005).

Resumo: Frente à desagregação dos vice-reinos espanhóis nas Américas, a corte portuguesa ocupou a margem esquerda do rio Uruguai, estabelecendo aí governo liderado pelo general Lecor. Em 1821, a área foi anexada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves sob o nome de Estado Cisplatino Oriental, fazendo com que a Independência do Brasil impactasse politicamente a região do rio da Prata. O artigo analisa a interação política entre os ocupadores e os segmentos dominantes locais, bem como a coalizção formada entre portugueses e montevidianos para viabilização da administração Lecor, sem ignorar o impacto dos processos de deterioração do Antigo Regime no mundo Iberoamericano, bem como das independências na América Ibérica. Reconstitui-se a gestão Lecor e os acontecimentos políticos cisplatinos através da análise de documentos da época, bem como de bibliografia sobre a Montevideu portuguesa e sobre a Nova História Política, identificando-se, assim, a necessidade da coalizção para governar e que as independências impactaram profundamente a política, a economia e a administração da margem esquerda do Uruguai.

Palavras-chave: Nova História Política, Nova História Militar, Nova História da Administração Pública, História do Brasil, História Ibero-americana.

Abstract: Faced with the disintegration of the Spanish viceroyalties in the Americas, the Portuguese court occupied the left bank of the Uruguay River, establishing a government there led by General Lecor. In 1821, the area was annexed to the United Kingdom of Portugal, Brazil and the Algarves under the name of *Estado Cisplatino Oriental*. As a result, the Independence of Brazil had political impact on the region of the *Río de la Plata*. The article analyzes the political interaction between the occupants and the local dominant segments, as well the coalition formed between the Portuguese and Montevidians to make the Lecor administration viable, including the impact of the processes of deterioration of the Old Regime in the Ibero-American world, as well as the independences in Latin America. The Lecor's administration and the cisplatine political events are reconstructed through the analysis of documents of the time, as well as bibliographical sources about Portuguese Montevideo and New Political History, thus identifying the need for a coalition to govern and that independence profoundly impacted the politics, economy and administration of Uruguay's left bank.

Keywords: New Political History, New Military History, New History of Public Administration, History of Brazil, Ibero-American History.

Introdução

Com a acefalia da monarquia espanhola em razão do aprisionamento, na França, de sua casa real, instalou-se, nos domínios de Castela em todo o mundo, intensa crise de legitimidade e uma gama de especulações, como, por exemplo, quem administraria as unidades político-administrativas espanholas que estendiam-se dos pampas à atual Costa Oeste estadunidense? Seria a regente castelhana a princesa Carlota Joaquina de Bourbon e Bragança, à altura exilada no Rio de Janeiro? A soberania dos territórios recairia nas suas respectivas autoridades locais ou em algum membro da família Bonaparte?

Em virtude do complexo quadro, surgiram, nas Américas, uma série de projetos, que resultaram em novas unidades político-administrativas, bem como em uma multiplicidade de guerras que atravessaram décadas. No rio da Prata, a acefalia influenciou, em Buenos Aires, na Revolução de Maio. Na Banda Oriental (designação, à época, do território que é hoje a República Oriental do Uruguai), Artigas¹ aderiu a Buenos Aires, porém, a aliança não foi longa, pois esse não aceitou submeter-se aos buenaienses, assim como outras lideranças de áreas que compuseram o Vice-Reino do Prata, que imergiu em sucessivos conflitos bélicos, com vários grupos que buscavam impor, através das armas, seu projeto político, resultando na deteriorização da economia, da política e em uma série de vidas ceifadas. Desestruturava-se, assim, a sociedade de antanho.

Sobre os muitos revezes políticos da Era das Independências, ressalta-se o sofrido por Montevideú. Até 1814, essa era ponto da resistência espanhola, quando passou ao domínio portenho, sendo que, no ano seguinte, a urbe estava sob controle artiguista. Em relação às especificidades da Banda Oriental, havia os conflitos na fronteira com o Brasil, a possibilidade de Artigas invadir o Rio Grande e a aceitação de fugitivos da escravidão da América lusa, quadro que desagradava ao Rio de Janeiro e a segmentos riograndenses. Esses fatores foram justificativas para que o príncipe regente D. João realizasse o antigo desejo dinástico de estender os domínios de Portugal ao Prata. A invasão atendia, ainda, a interesses econômicos de comerciantes sediados, principalmente, no Rio, e de estancieiros riograndenses, que viam aí oportunidade para ampliarem suas propriedades.

Ao mesmo tempo, na corte, abrigavam-se exilados dos muitos conflitos surgidos em razão do processo de independência hispânico. Dentre os foragidos de Montevideú, havia os partidários da Espanha e os do governo portenho, que, no Rio de Janeiro, articulavam politicamente. Ainda que houvesse rivalidades entre os grupos, o ódio a Artigas unia-os – assim como ao governo de Buenos Aires. Entre os exilados, destaca-se o advogado montevideano Nicolás

1. José Gervásio Artigas é, atualmente, o principal herói nacional do Uruguai por sua atuação na década de 1810, embora à altura não existisse a nação uruguaia (assim como não havia a brasileira, a argentina, a mexicana, etc). O personagem liderou o segmento mais radical da revolução platina, tendo sido contra o centralismo portenho. Seu projeto era o de uma confederação. Províncias que hoje compõem a Argentina deram as costas a Buenos Aires, compondo, com a Banda Oriental, a Liga Federal. Agrega-se que Artigas teve importante apoio junto à base da pirâmide social oriental. Além de contrário à escravidão, ele elaborou plano de distribuição de terras aos mais pobres. Apesar de ter tido, em determinados momentos, algum apoio de proprietários de terras e de comerciantes, seu projeto e sua força política acabaram por gerar inimigos poderosos, como a elite montevideana, estancieiros e o governo portenho.

Herrera, que, como outros desterrados, desejava o fim do projeto artiguista, inclusive tendo tratado do tema com autoridades portuguesas.

Herrera advogava que D. João tinha o direito de intervir no Prata e seduzia-o com a perspectiva de obter a colaboração dos “americanos proprietários” e dos “*vecinos españoles*”. Concomitantemente, membros do governo portenho na corte monitoravam projeto de invasão de Montevideú elaborado pelos exilados, bem como articulavam com a Coroa a ocupação da praça e a derrota de Artigas, inclusive detalhando a lógica administrativa local. Orientava-se Portugal nos âmbitos político e administrativo, com questões como a manutenção do Cabildo montevidense e de seus membros, o funcionamento da aduana, de impostos e de arrecadações, as relações entre o clero e o erário régio e os indivíduos com os quais seria benéfica a aproximação política, como, por exemplo, o padre Dámaso António Larrañaga, o estancieiro Tomás García de Zúñiga e o militar Francisco Xavier de Viana (CNAA, 1998).

Para liderar a invasão foi designado o general Carlos Frederico Lecor, que liderava força composta por indivíduos do Brasil e de Portugal, sendo que os da Europa eram denominados Voluntários Reais do Príncipe (posteriormente Voluntários Reais D’El Rei). As tropas partiram do Rio em 1816 e, na expedição, estava Herrera, mancomunado com portugueses e portenhos. Em 1817, Montevideú capitulou (CNAA, 1998). Instalava-se na urbe governo de coalizão entre portugueses e potentados locais, dando sobrevida à sociedade de Antigo Regime que desenvolveu-se no Prata, inclusive com suas respectivas formas de participação política e instituições administrativas, como os cabildos. Pontua-se ainda que, na Banda Oriental, potentados locais vislumbravam o restabelecimento da ordem no campo e do lucrativo comércio marítimo com o Brasil, além da derrota de Artigas, antagonista dos seus interesses políticos, econômicos e sociais (PRADO, 2020).

Apresentados relevantes fatos concernentes à conquista de Montevideú por Portugal, vale questionar-se como a margem esquerda do Prata foi impactada com a administração lusa (uma vez que a área inseria-se em contexto de repentinas e drásticas mudanças que ocorriam no mundo ibero-americano, como a Revolução de Maio e a Independência do Brasil²)? Quais estratégias utilizadas para administrar a Banda Oriental e controlar Montevideú até 1824? Evidentemente, não há uma resposta, mas respostas, em consequência de uma multiplicidade de fatores, inclusive em virtude das complexas dinâmicas sociais internas e externas à Banda Oriental, que vão do artiguismo à desagregação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e que devem ser analisadas.

2. Usa-se Independência pelo uso da palavra pela historiografia, mas entende-se que o projeto que vingou, o do Império, não foi, em 1822, unanimidade no Brasil. Como exemplo, em São Luís, Belém e Montevideú resistiu-se ao projeto imperial. Também não havia uma identidade nacional brasileira, tampouco uma unidade político-administrativa chamada Brasil integrada, ou seja, embora houvesse o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o Brasil era desunido entre si. As identidades dos seus habitantes passavam pela nação, que era a portuguesa, e pelo local de nascimento. O indivíduo entendia-se, no âmbito macro, como português. A ideia de nação referia-se à portuguesa. No micro, era-se rio-grandense, fluminense ou pernambucano e não “brasileiro”, “brasiliano” ou “brasiliense”. Deve-se ter, ainda, em perspectiva a construção do 7 de setembro, que, em 1822, não teve a importância dada posteriormente. No referido ano, o 12 de outubro, quando D. Pedro foi aclamado Imperador, reverberou muito mais como ruptura a Portugal.

Lecor e os poderes locais

Para o melhor entendimento de como se deu a Independência do Brasil no Prata é mister retornar aos primeiros anos da administração lusa da região, pois foi a sociedade que vivia sob a citada gestão que foi impactada pela ruptura “brasileira” no seio do Reino Unido português. Importante via para sua compreensão dá-se aproximando-se dos atores sociais locais, sendo que, neste item, ater-se-á aos mais abastados, pois vários foram os indivíduos dos setores comercial e proprietário de terras que apoiaram, de várias maneiras e em diversos momentos, o governo luso. Porém, isso não significa que os ocupadores não tenham desenvolvido estratégias para angariar apoio junto à base da pirâmide social.³

Sobre os proprietários rurais, Artigas afrontou interesses de parte substancial do setor, inclusive por ter confiscado e doado terras. Muitos proprietários passaram, assim, para o lado dos invasores, sem deixar de considerar que, geralmente, os segmentos político-econômicos não são monolíticos e seus posicionamentos, inúmeras vezes, não são uníssonos. Também sob a designação proprietários rurais há atores sociais de distintas envergaduras econômicas, graus díspares de inserção na administração pública e diferentes regiões de atuação. Portanto, não foram todos os proprietários que aderiram, em 1816/7, a Portugal, vide os casos de Tomás García de Zúñiga e Frutuoso Rivera, que aderiram, respectivamente, em 1818 e 1820 (ELOY *et al.*, 1970).

Se garantir propriedades e manter a estrutura social foram aspectos importantes para o grupo apoiar os invasores, ao longo da gestão lusa outros elementos entraram em cena. Como exemplo, o setor viu a diminuição do valor de impostos (FRIEDMAN, 1993) e, frente ao roubo de gado que riograndenses realizavam em terras orientais⁴, a prejudicar a economia da banda oriental do rio Uruguai, Lecor posicionou-se contra os estancieros do Rio Grande (GUAZZELLI, 2003; PETIZ, 2007).

Em relação ao setor comercial, assim como o rural, ele não é monolítico. Nesse amplo guarda-chuva há dos indivíduos que faziam a cabotagem na costa oriental aos associados a poderosos comerciantes fluminenses, além dos que na busca pela diversificação de investimentos eram proprietários rurais e/ou *saladeristas*. Montevideú tinha forte comunidade mercantil desde antes da Era das Independências e estava conectada a redes de comércio transimperiais, sendo que dentre os portos com estreitos vínculos estava o do Rio, relação que atendia economicamente à elite comercial. Ainda sobre o segmento, sua rejeição a Artigas apoiava-se em questões que abarcavam do confisco de bens feitos por artiguistas quando ocupavam a urbe aos atritos que membros da localidade tiveram com o segmento mais radical da revolução platina (PRADO, 2020).

Como exemplo, o advogado e comerciante Lucas Obes, cunhado de Herrera, na Montevideú artiguista, junto a alguns cabildantes, descumpriram ordens de Artigas. O ato resultou em investigação de contratos de suprimentos à administração pública, que, por fim, detectou

3. Para detalhes sobre a política de Lecor para a base da pirâmide social, ver: Ferreira (2012).

4. La Gaceta de Buenos Aires, nº50, 11 de abril de 1821. Biblioteca Nacional de Buenos Aires (doravante, BNBA). La Aurora, nº1, 21 de diciembre de 1822. Biblioteca Nacional de Montevideo (doravante, BNM).

irregularidades envolvendo personagens que desobedeceram a Artigas, dentre os quais Obes, que foi preso. No ano seguinte, houve, em Montevideu, levante contra a ordem vigente. Membros de sua elite mercantil participaram, inclusive Obes. Embora no curto período de Artigas tenham existido momentos de diálogo com setores do comércio, inclusive ao ponto de alguns deles terem contratos com a administração pública, as relações com a elite mercantil foram dotadas de conflitos (FERREIRA, 2016).

Frente ao exposto, a 18 de janeiro de 1817, as forças de Lecor acamparam nas imediações de Montevideu. No dia seguinte, o Cabildo enviou deputação composta por Xavier Viana, Larrañaga e Augustín Estrada, sendo que os dois primeiros foram citados, ainda no Rio, nas articulações concernentes à invasão. O grupo negociou a capitulação da praça e entregou aos portugueses as chaves da cidade, que, no dia 20, foi ocupada pacificamente. Conforme noticiado por Hipólito da Costa, Lecor foi recebido sob os aplausos da população local e houve missa de ação de graças na Igreja Matriz pela etapa que iniciava-se nas histórias da cidade e da monarquia lusa (COSTA, 2002).

Com o acordo, mantinha-se a estrutura administrativa local e não se intervinha no Cabildo. Os cabildantes garantiram suas posições no órgão municipal e a manutenção de propriedades. A ação não deve ser entendida de maneira simplista, o que empobreceria a complexidade das relações entre os portugueses e as elites locais. Deve-se fugir de explicações que tratam unicamente os cabildantes como meros oportunistas e subservientes aos invasores.⁵ Para uma análise mais complexa, deve-se considerar a doutrina que espalhou-se pelas Américas de que em razão da vacância do trono espanhol os *pueblos* eram soberanos, decidindo seus destinos (CHIARAMONTE, 2003). A tese fortalecia, politicamente, aos atores locais, sendo que a medida dos cabildantes estava em consonância com ideias e práticas que ganhavam adeptos no mundo hispânico na Era das Independências. As decisões referentes a Montevideu recaíam em elementos da própria urbe. Negociava-se diretamente com membros da elite montevideana e não com centros político-administrativos de outrora, como Madri ou Buenos Aires.

Ainda sobre os segmentos locais, em análise que vai até meados da década de 1820, Greene (1994) aponta que a negociação foi uma das medidas dos impérios modernos europeus para controlarem seus domínios nas Américas. Identifica-se, então, que no contexto das Independências, os novos aspectos doutrinários apontados por Chiaramonte andaram, no Prata, juntos

5. Como exemplo, entusiasta do projeto de Artigas, Mário Maestri é extremamente crítico à atuação dos apoiadores da ocupação lusa que, por conseguinte, tiveram dose de responsabilidade no malogro do projeto artiguista. O autor vale-se, inúmeras vezes, ao longo de seu livro, de palavras como pusilanimidade para adjetivar ações dos rivais de Artigas (MAESTRI, Mário. *Mar del Plata: dominação e autonomia no Sul da América. Argentina, Brasil, Uruguai, 1810–1864*. Porto Alegre: FCM Editora, 2016). O uruguaio Alfredo Castellanos (que consta da bibliografia de Maestri), usa palavras como “humillante” e “suplica” para demandas das elites locais (Castellanos, 1998). Assertivamente, Roberta Gonçalves pontua que a historiografia hispânica “tende a nos associar [os brasileiros], freqüentemente, com um invasor, um cruel tirano; interessado nas riquezas e nos territórios que nos cercam. Não se pode negar certa pertinência em algumas destas afirmações, mas é preciso ter em vista o quanto elas guardam resquícios do esforço de construção de identidade nacional [nos países hispânicos]”. A historiadora destaca que muitos desses autores “dialogam com discursos que se remetem à fundação dos mitos nacionais, os quais deitam suas raízes numa historiografia do século XIX, que guarda elemento de um esforço de construção de identidade nacional” (GONÇALVES, Roberta. A fronteira da guerra: a construção do Estado Uruguaio 1825-1828. In: *Anais XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Associação Nacional de História/RJ*, 2008).

à necessidade anterior de negociar com os setores locais, detentores de força política e econômica, bem como de redes clientelares e conhecedores do funcionamento da máquina pública e da cultura da sociedade em que estavam enraizados, muitas das vezes, há gerações.

Há de lembrar-se que, conforme analisado, antes de marcharem ao Sul, os portugueses foram instruídos por indivíduos do Prata sobre o funcionamento político e administrativo da região. O respeito às “regras” apontadas nos últimos parágrafos constaram da negociação com o Cabildo, fora o significado político de Herrera marchar com os invasores. Portugal tinha consigo hábil ator político, possuidor de relações com setores locais, importantes para o sucesso da missão, e mostrava-se ao Prata a inserção de destacado montevideano junto aos ocupadores, significando a participação de grupo local na gestão estrangeira e mais um aceno que D. João estava disposto a negociar. Herrera também poderia ser, para indivíduos ou grupos locais, via de acesso ao governo que estava a formar-se, vindo, quiçá, a contribuir para defecções de artiguistas.

Igualmente em sintonia com o já analisado foram as instruções do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o marquês de Aguiar, que indicavam que os colaboradores seriam mantidos na administração pública e protegidos em decorrência de posicionamentos passados (SOUZA, 2003; COSTA, 2002). Essas ordens não foram antagônicas a outras estratégias de dominação ao longo da História. No próprio Prata, em 1806/7, os ingleses aplicaram, antes mesmo de espriar-se pela América a ideia dos poderes locais reassumirem a soberania, medidas semelhantes para os cidadãos quando invadiram Buenos Aires e Montevidéu (STREET, 1967). Outro exemplo é o da Guiana Francesa. Quando D. João a invadiu em 1809, dialogou-se com atores locais (FERREIRA, 2003), o que provavelmente era conhecido no Prata.

No Velho Mundo do Antigo Regime várias conquistas foram feitas via negociações com potentados locais. A buscarem mais prestígio e poder com a ampliação dos territórios sob seu domínio, várias casas dinásticas negociaram com indivíduos das áreas ocupadas. Também para manter essas uniões, inúmeras vezes entre unidades político-administrativas distintas entre si e com rivalidades históricas, uma das táticas era a de consentir que os conquistados continuassem com seus respectivos sistemas legais e dotados de governos oligárquicos (ELLIOTT, 2002).

Identifica-se, então, que uma estratégia de se conquistar é compondo politicamente com indivíduos provenientes da localidade a se subjugar/subjugada. Considera-se que além de dificuldades operacionais que mudanças drásticas em leis, costumes e práticas podem incutir, elas têm significados culturais e conexões com a identidade de determinada população. Soma-se que o conhecimento da legislação e de suas brechas usualmente significam maior margem de ação em uma sociedade em distintas épocas e lugares. A manutenção do *status quo* de uma unidade político-administrativa e a conservação do seu sistema de funcionamento era meio de evitar a introdução de grandes câmbios em uma sociedade, buscando impedir conflitos com setores locais, a mitigar moléstias causadas pela sujeição e a acenar com a composição política, pois para realizar com êxito a dominação, a força militar, assaz onerosa, como também o era no caso luso-platino, não bastava. Devia-se negociar.

Deste modo, logrou-se o controle da Banda Oriental. Se em 1816/7 a Coroa lusa fincou sua bandeira em pontos do citado território e colocou no seu comando um gestor português,

em 1820 conseguiu-se a expulsão de Artigas, o fim da guerra e a adesão dos cabildos do interior, em um processo que envolveu composições políticas e a força das armas, sejam as de Lecor, sejam as de aliados locais, que, a seu turno, eram fruto do desgaste político-militar do artiguismo e de articulações, voltando-se ao ponto inicial, a importância da política para o sucesso da missão lusa no Prata.

Ainda sobre a capitulação de Montevidéu, a urbes abraçou os ocupadores ciente da proposta de Aguiar e sabedora do acordado em Maldonado, que negociara com os portugueses em 1816 e onde fora mantida a mesma estrutura e os mesmos indivíduos na gestão local (SOUZA, 2003; DELGADO, 2016). Como contraponto, onde houve resistência, os quadros político-administrativos sofreram alterações. No trascorrer de 1818, vitoriosos, os portugueses impuseram, em Purificación, Paysandú, Soriano, Colonia e Mercedes comandantes militares e políticos aliados aos invasores (FREGA, 2007).

Retornando a Montevidéu, permaneceram no Cabildo, que até 1820 teve praticamente a mesma formação (ELOY *et al.*, 1970), figuras como Larrañaga, o administrador de portos e aduana Jerónimo Pío Bianqui, o jurisperito Francisco Llambí e o estancieiro Juan José Durán, lembrando que a instituição administrativa municipal não foi a única organização que demonstra a composição política entre ocupadores e atores locais. Outros espaços da administração pública e de organizações locais que abrigaram membros da coalizão luso-oriental foram a Câmara de Apelações, presidida por Lecor, que contou, entre outros, com Llambí, Herrera e García de Zúñiga, a Junta Superior de Real Hacienda, que tinha, igualmente, o general como presidente e contava com Herrera, Bianqui, García de Zúñiga e Juanicó, a Sociedade Lancasteriana de Montevidéu, também presidida pelo militar e que tinha nos seus quadros Bianqui e Durán, o Consulado de Comércio, que abrigou Obes e Juanicó e o Corpo Cívico, no qual estava Estanislao García de Zúñiga, irmão de Tomás (ABADIE, ROMERO, 1999; PIVEL DEVOTO, 1937).⁶

De semelhante modo, não podem ser ignorados os empregos que foram redistribuídos pelas elites locais durante a gestão Lecor (FRIEDMAN, 1993). Além disso, o governador português de Montevidéu, o marechal Sebastião Pinto de Araújo Correia, foi secretariado por Llambí e Lecor por Herrera (ELOY *et al.*, 1970). Observa-se que o posto permitia a este último constante contato com o representante máximo de D. João no Prata, bem como ser peça que destrinchava aos ocupadores particularidades da sociedade local, sua estrutura administrativa e, ainda, ser canal para membros da elite estarem cotidianamente a participar e a obter informações dos processos de tomada de decisão do general e de suas comunicações com a Coroa e com governos limítrofes. Portanto, é provável que a atuação lusa estivesse a ser minuciosamente monitorada por indivíduos das elites locais, ao mesmo tempo que a partir desse poder partilhado levantaram-se significativos pilares da gestão Lecor.

No que refere-se aos pilares, além das já citadas ações que atenderam, por exemplo, aos proprietários rurais, com a gestão Lecor mercadores de Montevidéu tinham a perspectiva de negociarem novamente com os territórios bragantinos, inclusive o general atuou pronta-

6. Fundo Coleção Cisplatina, cx. 976, pac. 01 e cx. 977, pac. 28, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante, ANRJ). Gazeta do Rio de Janeiro, 2 de março de 1822, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

mente para reerguer o comércio da urbe, que estava circunscrito, basicamente, ao marítimo e ao importador à altura da invasão. A partir de 1817, a cada ano mais barcos chegavam à cidade e restabeleciam-se contatos com o interior, permitindo a exportação por Montevidéo (ELOY *et al.*, 1970).

No conjunto de atos para atender os negociantes, Lecor aprovou a realização de melhorias no porto, iniciou a organização de uma escola de comércio e assinou, em 1819, com o Cabildo, o *Tratado de la Farola*, no qual estabelecia-se que os ocupadores construiriam, nas proximidades de Montevidéo, um farol, que beneficiaria a navegação na região e, consequentemente, o comércio. Em troca, a organização, cuja jurisdição era municipal, extrapolava seu limite legal de atuação, dando a Portugal terras na fronteira com o Rio Grande, a diminuir a extensão da província. Agia-se para beneficiar o setor do comércio, que além de ser relevante suporte político, era importante fonte de receita para a administração lusa através das taxas de importação e exportação (FRIEDMAN, 1993).

Nesse contexto, Lecor adotou política de realização de casamentos entre militares portugueses e mulheres da sociedade local, inclusive, em 1818, o general casou-se com Rosa Maria Josefa Herrera de Basavilbaso, de importante família da região. Objetivava-se, com os enlaces, integrar portugueses e platinos por mais uma via, lembrando que os indivíduos nascidos dessas uniões teriam como pais importantes figuras das forças ocupadoras e seriam netos ou sobrinhos – quiçá, também, afilhados – de grandes comerciantes ou estancieiros locais. Agrega-se que na sociedade de Antigo Regime a família era espaço onde o indivíduo buscava apoio para sua atuação pública. Assim, “la importancia conferida a la familia y a los vínculos que se tejen en ella, se reflejaba, en el caso de las elites, en la propia estructura estatal” (CUADRO CAWEN, 2018: p. 94).

No que refere-se à habilidade política de Lecor, ainda que ele seguisse ordens superiores, foi o general quem teve que, diariamente, tecer hábil e pacientemente a teia que envolvia e trazia para sua órbita as peças do complexo xadrez platino. Lecor aferia o peso político dos atores sociais e, após isso, discernia como tratá-los de acordo com os interesses bragantinos, mas sem desagradar aos demais aliados locais, inclusive, à época, esperava-se que o militar tivesse, também, a capacidade de negociação (SOUZA, 2004).

Complementa-se o apresentado com o seguinte ofício de Lecor dirigido, em 1823, a Pedro I. O documento é mais um indício da política do militar para os mais abastados:

Entre os meios que me forão ordenados pelo Governo que a experiencia dos negócios, e a prudencia me aconselhou, e que melhor effeito me tem produzido no desempenho da minha Commissão, merece hum lugar muito distincto o bom tratamento, e contemplações com que attendo as pessoas ricas, ilustradas, e que figurão neste Paiz [...] por que, emfim, se ellas tem emulos maior he a influencia do seu dinheiro, e da sua representação para com os seus paisanos, de que tanto proveito me tem resultado.⁷

Com a extração, evidencia-se, mais uma vez, o papel das elites na estratégia política de

7. Fundo Coleção Cisplatina, cx.977, pac. 28, doc.01, ANRJ.

Lecor. Nesse jogo de obtenção de vantagens, interessava à coligação luso-montevideana a permanência de Portugal no Prata, sendo que os ocupadores constituíam-se como força capaz de manter a ordem e, ao mesmo tempo, poderiam inibir possível reconquista espanhola de Montevideu, ameaça existente nos primeiros anos da gestão Lecor. Encurralados entre a desestrutura hierárquico-social que significava o artiguismo e a ameaça da Espanha, as elites lançavam-se nas mãos dos portugueses, inclusive, em 1817, Larrañaga e Bianqui deslocaram-se ao Rio para pedir a D. João a incorporação da Banda Oriental à Coroa dos Bragança. Também em razão da ameaça espanhola foi criada a sociedade secreta *Caballeros Orientales*, composta por membros das elites locais, para preparar a resistência a Castela. (CUADRO CAWEN, 2018).

Assim, após anos de intensas guerras em razão do processo de independência da América Espanhola, causadoras de profundos prejuízos às elites da Banda Oriental e que gerou mudanças e abalos na economia e na política do Prata, a alteração que permanecia sendo desejada pelo grupo em relação ao período colonial era a ruptura com a Espanha. Fora isso, de antes da revolução artiguista, as elites desejavam o retorno à paz, a manutenção das hierarquias sociais, a garantia da propriedade, o funcionamento dos cabildos e do lucrativo comércio com o Brasil – sendo que neste último a emancipação também suscitou movimentos que aspiravam profundas mudanças sociais, colocando em risco, assim como no Prata, propriedades e hierarquias em províncias como o Pará e a Bahia (MACHADO, 2022), e gerando violência e agitações em áreas como o Piauí e o Ceará, em ações que contaram com a participação da base da pirâmide social (ARAÚJO, 2015), sendo que essas questões, dentre outras, serão analisadas nos próximos tópicos.

A desagregação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves

Tudo parecia caminhar bem para Lecor e para seus aliados, porém, com a Revolução Portuguesa de 1820, iniciava-se o processo de desestruturação da administração do general. Como Belém, Salvador e Rio de Janeiro, que foram palcos de levantes militares com a seguida adesão às Cortes de Lisboa, em março de 1821 o mesmo aconteceu em Montevideu. As forças joaninas no Prata dividiram-se, tendo ocorrido, a partir de então, recorrentes motins.

A maior parte dos Voluntários era favorável a Lisboa e, assim, iniciou-se uma série de reivindicações, como a do retorno a Portugal e a do pagamento de soldos atrasados. Já no primeiro motim, Lecor foi obrigado a jurar obediência à Constituição que viesse a ser elaborada pelas Cortes e foi estabelecido um Conselho Militar, o que era uma constante ameaça ao general, pois embora a presidência do órgão tenha sido-lhe entregue, seu vice era o chefe dos revoltosos. Além disso, ao longo de 1821 e 1822, Lecor teve que lidar com outros levantes e com a deterioração de sua relação com os Voluntários, inclusive em razão do desgaste das relações entre D. Pedro e Lisboa (FERREIRA, 2012).

Pontuam-se a gravidade dos motins e a força político-militar dos Voluntários, pois esses conseguiram obrigar um general a jurar uma Constituição que sequer existia. Invertia-se a hierarquia militar. Afrontava-se o escolhido do rei para o Prata. Enfraquecia-se, frente aos grupos políticos internos e externos à Banda Oriental, a gestão Lecor. Em relação aos soldos, a falta

de dinheiro em caixa fez com que o general contraísse empréstimo junto a García de Zúñiga e Juanicó⁸. No conturbado contexto político português, atores locais agiam para que o projeto bragantino no Prata não se esfarelasse.

Paralelamente, ao governo liberal de Lisboa, interessava-lhe a aproximação diplomática com Madri, sendo que a ocupação da Banda Oriental não era ponto pacífico nem entre os súditos dos Bragança, nem entre os dos Bourbon, inclusive à altura a Espanha anelava reaver possessões na América. Do lado português, Silvestre Pinheiro Ferreira cria que a questão platina era uma das mais importantes de sua pasta, a dos Negócios Estrangeiros e Guerra, a residir aí outro impacto do liberalismo luso no espaço platino, e aconselhava D. João VI a ordenar que se reunissem, em Montevideu, deputados da Banda Oriental, eleitos segundo as regras em vigor no Reino Unido português, e que esses decidissem o porvir da invasão (ANNAES, 1876).

Em Montevideu, membros da coligação luso-montevideana adaptaram, para a realidade local, as normas portuguesas para a realização do Congresso Cisplatino. Se mudanças eram necessárias, elas foram meio para a coalizão interferir no futuro da ocupação. O resultado foi a legitimação da invasão com a criação, em 1821, do Estado Cisplatino Oriental como parte do Reino Unido português. O principal argumento dos deputados era que a ocupação trouxera-lhes paz e que somente a permanência dos portugueses garantiria sua manutenção. Não desejava-se voltar à “anarquia”, palavra usada nos discursos dos deputados, dos tempos de Artigas (ACTAS, 1821).

De fato, em relação às demais partes do antigo Vice Reino, as armas bragantinas garantiam, ainda no início da década de 1820, à Banda Oriental, maior estabilidade, apesar dos levantes dos Voluntários. Soma-se que, uma vez inseridos na gestão Lecor, e com a perspectiva da manutenção dos ganhos dos últimos anos, interessava a parte das elites caminhar com o Reino Unido luso – inclusive outras opções foram cogitadas no Congresso, como a independência e a união a outras unidades político-administrativas, como as repúblicas do Prata e a Espanha, porém, elas foram rejeitadas.

Com o Congresso mantinham-se as forças joaninas, necessárias para garantir os negócios das elites locais e a estrutura político-administrativa, compartilhada entre portugueses e cisplatinos. Estabeleciam-se condições à incorporação que preservavam a autonomia e especificidades locais como leis, privilégios e cargos administrativos aos nascidos na região ou aos casados com cisplatinos, a atender-se aos portugueses que casaram no Prata e aos clãs que entregaram suas filhas nas negociações matrimoniais. Quando da formulação das cláusulas, contexto de crise política no Reino Unido luso, os congressistas criam que obteriam vários benefícios, pois, conforme expressou um deputado em comunicação ao Cabildo de Colônia: “estamos en tiempo de pedir mucho, y ellos [portugueses] de conceder” (PIVEL DEVOTO, 1936: 325).

Sobre este novo Estado, Chiaramonte (1997) afirma que, à época, a formação de um estado ou de uma nação não envolviam sentimentos nacionalistas – e é sob este prisma que deve-se entender a ação dos congressistas, não como indivíduos pusilânimes, conforme já tratado neste artigo. A conformação de unidades políticas era em termos racionalistas e contratualistas. A origem desta concepção está, segundo o historiador, na tradição ilustrada ou até mesmo em

8. El Argos de Buenos Aires, 25 de setembro de 1822. BNBA.

tradições mais antigas e contratualistas europeias.

Ainda sobre o Congresso, este repercutiu em distintas partes do globo. Em Lisboa, nas Cortes, os deputados tiveram intensos debates, sendo que diversos parlamentares desejavam a pronta retirada de Portugal do Prata. Pinheiro Ferreira destituiu Lecor, porém, o general o desobedeceu, permanecendo no seu posto em Montevideú. Os Voluntários questionaram o resultado do Congresso, tornando o ambiente político local ainda mais tenso. A partir de Londres, Hipólito da Costa fez intensa campanha pela manutenção da Cisplatina, tanto que em várias edições de 1821 e 1822 o jornalista defendia o direito luso de controlar a Banda Oriental e pontuava que esta era fundamental para a defesa do Brasil (FERREIRA, 2012).

Em 1822, D. Pedro e José Bonifácio não desaprovaram o resultado do Congresso. Ao contrário. Acolheram, como representante cisplatino no Rio de Janeiro, Lucas Obes, que, por sua vez, ao longo do mencionado ano, apoiou publicamente o príncipe em seus atos contra Lisboa (Pivel Devoto, 1936). Em contexto de árdua disputa de poder entre os governos fluminense e lisboeta, o do Rio aceitou o deliberado no Congresso de 1821 e acolhia importante membro da coalizão luso-montevideana. Se com isso o príncipe agradava aos seus aliados políticos do Prata, desagradava, no Prata, aos Voluntários.

Dessa forma, concomitante ao recrudescimento das relações entre o Rio e Lisboa, que culminou, em 12 de outubro de 1822, na aclamação de D. Pedro como Imperador, o relacionamento entre os partidários do Império e das Cortes em Montevideú também deteriorou-se a tal ponto que Lecor e seus aliados tiveram que fugir, em setembro, da cidade, a refletir, portanto, às margens do Prata, a intensa crise que a monarquia lusa atravessava e que levou à cisão do Reino Unido português.

Sobre a fuga de Lecor, a alegar problemas com militares que estavam em Canelones e que somente sua presença iria contê-los, o general atravessou as muralhas da cidade a 11 de setembro de 1822, prometendo retornar em breve. Porém, o militar acabou por instalar-se em San José.⁹ A seguir-lhe iam outros Voluntários, mas a maioria ficou em Montevideú, sob as ordens de Álvaro da Costa¹⁰, fiel às Cortes. Estava preparado o caminho para o conflito entre militares que outrora serviram ao mesmo rei.

Imperiais x Realistas

Tanto a América lusa, quanto a espanhola, foram palco, nas primeiras décadas do século XIX, de embates entre grupos políticos fiéis aos governos ibéricos e os alinhados a centros de poder americanos. Nesse contexto, o Estado Cisplatino não foi exceção. Se até 1814 Montevideú foi controlada pelos realistas espanhóis, na década posterior foi a vez dos portugueses a comandarem até 1824. Da saída de Lecor a 30 de outubro de 1823, quando o general e Álvaro da Costa aceitaram o fim das hostilidades, as forças do general e os Voluntários estiveram envolvidos em vários atritos, que variaram nas suas formas e no seu grau de intensidade. De ataques via

9. O personagem chegou ao Brasil como parte da Divisão de Voluntários, tendo se posicionado, na década de 1820, ao lado das Cortes. Era, à altura da fuga de Lecor, o Vice-Presidente do Conselho Militar.

10. Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.20. ANRJ.

impressos e ofícios a embates militares, esses foram meios de confronto usados pelos grupos políticos à época.

Se o processo de deterioração do Reino Unido português prejudicou a Cisplatina como um todo, a gerar dúvidas quanto ao seu futuro, no caso de Montevideu sua economia foi atingida, assim como o lucro de sua elite. À altura, “la dominación portuguesa se hacía intorelable para la burguesía portuaria montevideana” (ELOY *et al.*, 1970: p.77), que se dividiu por seu porto não ter tido a recuperação esperada com a invasão. Muitos negociantes locais criam que, nas relações com o Brasil, eles eram prejudicados e que a estrutura administrativa priorizava o interesse dos mercadores fluminenses em detrimento dos seus (FRIEDMAN, 1993). Em suma, a união já não interessava a vários comerciantes cisplatinos, mas não à sua totalidade, em quadro que traz semelhanças com outras partes dos domínios bragantinos, como o Pará e o Maranhão, cujas elites mercantis não queriam vincular-se ao Império por seus interesses não caminharem com os do Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2015).

A principal preocupação das elites urbanas cisplatinas à altura da Independência era o retorno à “anarquia”, temor que guiou muitas de suas ações nas décadas de 1810 e 1820. Como exemplo, em meados de 1822, Silvestre Blanco, membro do Cabildo de Montevideu após a fuga de Lecor, tinha dúvidas se os líderes da campanha manteriam um governo pacífico e representativo (FREGA, 2014). Se a debilidade dos Bragança era um fato, havia o desafio de como os cisplatinos iriam manejá-la, independente se fossem favoráveis à união ao Império ou ao governo de Buenos Aires.

Os atores locais que desejassem guiar o processo político cisplatino deveriam conduzi-lo distante da instabilidade e dos conflitos sociais, sendo importante pontuar que essas mesmas ameaças estavam presentes no Brasil, basta recordar-se que o Pará, o Maranhão, o Piauí e a Bahia, além de destacados palcos da guerra de Independência, sofreram, após aderirem ao Império, conflitos políticos e sociais, dentre os quais a Revolta dos Periquitos, a reverberação da Confederação do Equador, e a recusa de indígenas armados à Independência tal qual pactuada em Belém (ARAÚJO, 2015; MACHADO, 2022). Do Amazonas ao Prata havia a concreta possibilidade de a “anarquia” vingar.

Nesse período de profundas turbulências, no Prata, frente à fragilidade político-militar dos ocupadores, com respostas distintas à Independência, os setores locais não tiveram respostas monolíticas. Em Maldonado, parte de suas elites enxergou no contexto político momento oportuno para reconfigurar o pacto político com Lecor e buscar o atendimento de suas demandas, que envolviam questões relacionadas ao comércio, como a não participação de comerciantes e de seus respectivos dependentes em milícias provinciais e nova promessa do general de reabertura do seu porto. Ao mesmo tempo, no final de 1822, seu Cabildo jurou fidelidade ao Império (DELGADO, 2016).

Outro tipo de reação foram os conflitos armado e o de papeis, via imprensa, com folhetos e ofícios. Sob o controle de Álvaro da Costa, o Cabildo de Montevideu reconfigurou-se com indivíduos que Lecor, estabelecido no interior, não tinha ascendência.¹¹ Como resposta, o general rogava para si o papel de autoridade legitimamente constituída, declarando que não

11. LA AURORA. Montevideo, 25 de janeiro de 1823. BNM.

reconhecia a legalidade do órgão municipal e impunha medidas punitivas àqueles que dessem-lhe crédito.¹²

Sobre os cabildantes, esses estavam em sintonia com os *Caballeros Orientales*, que retomaram suas atividades em 1822 desejosos do desligamento da Cisplatina do cetro dos Bragança, fossem os do Brasil, fossem os de Portugal. Frente a isso, o Cabildo enviou deputações a governos da região, buscando apoio para expulsar as forças imperiais e, ao mesmo tempo, dialogava com os Voluntários, pois estes, além de controlarem militarmente a cidade, abraçaram o desejo lisboeta de evacuar o Prata, ao passo que o Império anelava ter o rio como seu limite austral (CASTELLANOS, 1998).

Em relação aos demais governos platinos, o *caballero* Iriarte tratou com Rivadavia, então responsável pela pasta das Relações Exteriores portenha, a reincorporação do que fora a Banda Oriental a Buenos Aires. Porém, o ministro não queria problemas nem com o Brasil, nem com Portugal, e, como contraproposta, se Álvaro da Costa devolvesse Montevidéu ao seu respectivo Cabildo, Buenos Aires ocuparia a praça, mas unicamente com a anuência da instituição municipal (BERRA, 1895).

Ainda sobre os *Caballeros*, vários dos seus membros estiveram vinculados à publicação de periódicos e panfletos contra o Brasil e seus apoiadores locais. Os ataques via papéis seguiam o projeto da organização secreta de por termo à presença bragantina no Prata, sendo que em 1822 e 1823 a atividade periodística e o número de tipografias na Cisplatina foram incrementados por fatores que vão da recente liberdade de imprensa ao plano dos *Caballeros* de união com os portenhos (WINTER, 2014).

No âmbito dos conflitos armados, outro membro da sociedade, Manuel Oribe, lutou com os Voluntários contra o Império.¹³ Na campanha, mesmo compondo o exército imperial, Lavalleja¹⁴ buscou iniciar uma revolução, mas, em 24 de dezembro de 1822, seu plano foi descoberto e desarticulou-se o grupo rebelde, que contava com armas doadas pelos Voluntários.¹⁵ Com isso, os representantes do Império no Prata criam que a campanha estava pacificada,¹⁶ porém, o que Lecor designava como o “partido da independência” (cisplatina) não parou de atuar. Em 1823, Pedro Amigo e Manuel Durán, antigos líderes artiguistas, e o Cabildo de Montevidéu, seguiram com suas articulações para “incendiarem” a campanha. O resultado foi a capturação de Amigo pelos imperiais, sendo que este foi julgado e executado com a pena capital (FREGA, 2014), mas, para deter definitivamente o citado “partido”, Lecor pedia ao Rio de Janeiro mais tropas.¹⁷

Sobre esse último ponto, ao longo dos conflitos gerados pela Independência, o militar pedia ao Império mais homens, barris de pólvora, cartuchos e embarcações de guerra, porém,

12. Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.6 e doc.8. ANRJ.

13. Um dos próceres da independência uruguaia, Lavalleja lutara contra os portugueses junto a Artigas. Feito prisioneiro, fora levado para o Rio. Após a criação da Cisplatina, Lavalleja voltara, com a autorização do governo fluminense, ao Prata, a compor as forças de Rivera, aderindo, momentaneamente, a Pedro I.

14. Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.1. ANRJ.

15. Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.21, doc.4. ANRJ.

16. Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, doc.2. ANRJ.

17. Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, doc.3. ANRJ.

o general foi parcialmente atendido e suas demandas não foram prioridade para o Imperador.¹⁸ Somente após a adesão da Bahia, do Maranhão e do Pará que Pedro I efetivamente olhou para o Prata e, após fazê-lo, conseguiu-se o fim das hostilidades com os Voluntários (outubro de 1823), sendo que neste contexto as forças enviadas pelo Rio atuaram como agentes externos aos embates travados localmente, tendo sido o fiel da balança nos conflitos e garantindo o sucesso de seus aliados locais (MACHADO, 2022).

Em relação à prioridade dada ao Norte, a predileção foi sentida por atores locais. García de Zúñiga escreveu a José Bonifácio a pedir que o Imperador empregasse “olhos paternais” à situação cisplatina, sendo importante lembrar que, ao longo da gestão lusa, o personagem empregou, várias vezes, capital próprio para aplacar a ira das forças bragantinas que reivindicavam soldos atrasados, a buscar, com as verbas, a permanência dos ocupadores no Prata, e, com os conflitos da Independência, não foi diferente. Aflito, García de Zúñiga questionava Bonifácio se os esforços empregados desde 1817 seriam abandonados e lembrava do compromisso do Império com os cisplatinos, pois “los pueblos al proclamar su incorporación contaron con el poder del Imperio, y la protección del Emperador, y ellos no pueden ser eludidos con sus justas esperanzas.”¹⁹

Também em 1823, as relações entre Lecor e as elites locais estavam abaladas. Se, de um lado, García de Zúñiga mostrava a Bonifácio sua insatisfação com o Imperador, sem críticas ao general, do outro Obes atacava Lecor, inclusive a valer-se de sua inserção junto ao governo fluminense. No âmbito militar, reclamava com o ministro da Guerra sobre a atuação do general. No âmbito da gestão, Obes realizou violento discurso, no qual à imagem de inapto, associava Lecor à corrupção (PIVEL DEVOTO, 1936).

O comportamento de Obes demonstra abalo na coligação entre “lecoristas” e “cisplatinos”, estando atrelada ao seu desejo, e ao de Herrera, de diminuir o poder do general sob a alegação de que as forças militares estavam demasiado presentes nas diversas esferas administrativas locais. Em um momento de pública adversidade para o Império, os montevidianos buscavam, nos âmbitos externo e interno à Cisplatina, o desgaste do militar frente ao Rio de Janeiro e, ainda, queriam “persuadir a los Pueblos que no se les gobierna militarmente” (FREGA, 2014: p.515).

O conturbado contexto político que o Brasil enfrentava desde a reverberação do vintismo português encorajava os desejosos de novas repactuações políticas a agirem e, assim, Obes e Herrera trabalhavam para que Lecor fosse retirado do comando do Estado Cisplatino. Pelas relações políticas tecidas por esses montevidianos com o governo imperial certamente eles criam que ocupariam boa parte do espaço político-administrativo deixado pela eventual queda do general, porém, esse não foi o único conflito entre Lecor e indivíduos da coalizão luso-montevidena.

Anos antes, com o estabelecimento da Câmara de Apelações - lembrando que a organização era presidida por Lecor -, o general e o governador intendente, Juan José Durán, tiveram vários embates. Ainda que a organização respeitasse as leis e costumes locais, Durán

18. Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.25, doc.5. ANRJ.

19. Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, doc.8. ANRJ.

cria que suas funções seriam exercidas pela Câmara e, assim, os atritos foram duradouros. Em 1823, tendo como pano de fundo os conflitos tratados nos últimos parágrafos, Herrera critica a inserção de Lecor na justiça (DUFFAU, 2017), sendo que, à altura, o Império passava por organização administrativa (LUSTOSA DA COSTA, 2008), mais um elemento que tornava este momento oportuno para defender nova configuração da gestão pública cisplatina.

Ainda que Durán tenha protagonizado embates com o general, o estancieiro permanecia na campanha fiel ao Império. Também no interior, Rivera liderava o Regimento de Dragões da União, responsável pela região. Ao longo de 1823, opositores de Lecor tentaram atraí-lo para combater as forças imperiais, entretanto, Rivera permaneceu com o Brasil.²⁰

Outra questão que surgiu em 1823 foi a tentativa de atores locais entregarem a Cisplatina aos ingleses.²¹ As forças navais britânicas situadas na América Meridional ocupariam os portos cisplatinos até resolução do Gabinete Inglês.²² Verifica-se, em mais um episódio, o interesse britânico – ou de setores da sociedade britânica – no Prata. Diante dessa ameaça, Lecor alertava ao Rio de Janeiro sobre a necessidade de pôr prontamente termo à situação na qual Montevideú encontrava-se.²³

Em setembro, depois das adesões no Norte, chegavam, à Cisplatina, embarcações imperiais.²⁴ A 11 de outubro, Lecor fechou o porto de Montevideú e, no já mencionado dia 30, Álvaro da Costa acenou com possível fim da resistência, mas, à altura, apenas cessaram-se as hostilidades entre as partes beligerantes. A 18 de novembro, o general e o brigadeiro firmaram convenção, que estabelecia questões como a que os atores locais não poderiam ser perseguidos por posicionamentos e opiniões políticos prévios. Estabelecia-se, também, que os prisioneiros de guerra ganhariam a liberdade e que as chaves de Montevideú seriam devolvidas, pelos portugueses, ao seu Cabildo.²⁵

Celebrado o acordo, os Voluntários partiram em fevereiro de 1824, sendo a urbe o último ponto português das Américas e finalizando séculos da presença lusa no Prata. Também no citado ano iniciava-se a etapa brasileira da história da cidade. Em março, após cerca de um ano e meio no interior, Lecor entrou novamente pelo portão de Montevideú, como o fizera em 1817. Posteriormente, o núcleo urbano platino assistiu à aclamação de Pedro como primeiro imperador e ao juramento da Constituição Imperial.

Considerações finais

No curto período de dezesseis anos, ou seja, da invasão de Bonaparte à península ibérica à Independência do Brasil em 1822/23, a margem oriental do Uruguai foi impactada por

20. Interessante carta del Cabildo de Montevideo al Coronel del reg. de Dragones de la Unión Don Fructuoso Rivera. Documentos históricos: bandos, proclamas, manifiestos y otros documentos oficiales correspondientes a los años 1821 a 1823. BNM.

21. Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.28, doc.12. ANRJ.

22. Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.29, doc.1. ANRJ.

23. Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.28, doc.12. ANRJ.

24. Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, doc.3. ANRJ.

25. Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.30.

profundas mudanças, como as revoluções de Maio, a artiguista e a liberal portuguesa. Esses fatos resultaram em conflitos políticos e guerras, que ceifaram vidas, ameaçaram hierarquias sociais e exauriram economicamente as elites locais, no contexto em que o Antigo Regime ruía no espaço ibero-americano, as independências eram proclamadas e os novos estados que iam surgindo buscavam se viabilizar em um processo que, em vários casos, resultava em novos embates militares.

Ao longo da Era das Independências, nesses estados recenatos, cidades americanas ignoraram projetos locais e permanecerem fiéis aos reis ibéricos ou com aqueles que diziam representá-los. Como exemplo, ao longo das Américas espanhola e portuguesa, cidades como Vera Cruz, Córdoba, Lima, Belém, São Luís e Salvador resistiram, em algum momento, às propostas locais de emancipação e declararam-se súditas de Fernando VII ou de D. João VI. E, fiéis aos dois monarcas, Montevideú, que foi fernandista até 1814, e portuguesa até 1824.

Muitas das vezes, a atuação das elites locais contribuiu para o acirramento de confrontos políticos que resultaram em guerras, que impactaram negativamente a sociedade como um todo. Por outro lado, nas décadas de 1810 e 1820, muitos conflitos que se espalharam na área que hoje corresponde ao Uruguai, mas, também, à Argentina e ao Brasil, constituíram uma espécie de janela de oportunidade para projetos com demandas sociais como, por exemplo, o de Artigas e da sua Liga dos Povos Livres.

Na banda oriental do Uruguai também ocorreram episódios nos quais suas elites buscaram alianças com elementos externos a Montevideú para cessarem conflitos internos ou minimizarem danos de imbróglios dos quais eles tiveram alguma dose de participação na sua gênese ou, ainda, vencessem seus rivais e impusessem-lhes seus projetos políticos. Dentro desse mecanismo insere-se, por exemplo, a coalizão luso-montevideana que permitiu Lecor governar a citada área por quase dez anos.

Sobre a administração do general, apesar do poder de violência do exército joanino, vantagem concreta que os portugueses tinham em relação aos demais grupos políticos platinos, a composição com setores locais foi fundamental para viabilizá-la. A aliança beneficiou a Coroa lusa, que controlou importante porto no Prata, via fluvial desejada por Portugal por séculos para ser uma de suas fronteiras e, também, estratégica para a segurança do Brasil, assim como contemplou importantes súditos, como os poderosos comerciantes do Rio, que exerceram em Montevideú a mercancia. Semelhantemente, os montevidianos que queriam a derrota de Artigas, a manutenção de suas propriedades e posições sociais e o reestabelecimento do comércio tiveram demandas atendidas. No conturbado cenário hispânico, o vizinho e ainda estável Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves era a unidade político-administrativa que oferecia algum grau de estabilidade às elites da banda oriental até o início da década de 1820.

Como uma de suas características, a gestão Lecor permitiu que atores locais permanecessem nos jogos de poder, ou até mesmo ampliassem seus espaços políticos, e fossem coparticipantes de processos decisórios relativos ao futuro local (evidentemente, isso não significa a inclusão da base da pirâmide social, nem a totalidade das elites, conforme pôde ser visto ao longo do artigo). Por seu pragmatismo, segmentos locais receberam e distribuíram cargos, tiveram impostos reduzidos, viram o porto de Montevideú lograr melhorias e, uma vez inseridos

na administração lusa, aproveitaram-se da crise gerada pelo liberalismo português para aprofundarem seus laços com os Bragança, seja através da criação do Estado Cisplatino, seja através da atuação de Obes junto ao governo fluminense - basta lembrar que o estado nascia vinculado ao Reino Unido português e a estada do montevideano no Rio de Janeiro o fez participar de episódios que apoiaram a autonomia do governo de D. Pedro, questões que contribuíram para que houvesse uma guerra de Independência do Brasil no Prata.

Pontua-se também que o liberalismo luso e a criação do Império do Brasil impactaram profundamente o Prata, com reflexos que guardam semelhanças com desdobramentos dos dois episódios citados em diversas partes dos domínios americanos dos Bragança. Tanto Montevideú, quanto, por exemplo, Belém, assistiram a levantes militares favoráveis às Cortes, a rejeição de grupos locais ao projeto imperial fluminense e a preocupação das elites com a possibilidade do caos social, ou, de acordo com o registrado nos documentos cisplatinos, com a “anarquia”.

Outra similitude é que a defesa do Império em cada região recaiu nas mãos de atores locais que atuavam contra aliados de Lisboa, sendo que após a intervenção das forças enviadas pelo imperador, tanto Montevideú, quanto Salvador, São Luís e Belém aderiram ao Brasil. Porém, o brevíssimo fim das hostilidades em 1823 não significou o término dos conflitos políticos, sociais e armados. Do Amazonas ao Prata, o Império teve que lidar com movimentos que questionavam a ordem que buscava-se impor a partir do Rio de Janeiro e que no caso da margem esquerda do Uruguai culminou na Guerra da Cisplatina, que encerrou de vez a união de Montevideú e sua campanha com o Brasil.

Referências

- ACTAS DEL CONGRESO CISPLATINO. Montevideú, 1821. Archivo General de la Nación.
- ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1876.
- ABADIE, Washington Reyes; ROMERO, Andrés Vázquez. *Crónica general del Uruguay*, vol. 3. Montevideú, Banda Oriental, 1999.
- ACEVEDO, Eduardo. *Anales históricos del Uruguay*, t. I. Montevideú, Casa A. Barreiro y Ramos, 1933.
- ARAÚJO, Johny Santana de. “O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do Império em 1823”. *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v.33, nº2, p.29-48, 2015.
- BERRA, F.A. *Bosquejo histórico de la República Oriental del Uruguay*. Montevideo, Francisco Ybarra, 1895.
- CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la república caudillesca*. Montevi-

déu, Ediciones de La Banda Oriental, 1998.

CHIARAMONTE, José Carlos. Estado y poder regional: constitución y naturaleza de los poderes regionais. In: VÁZQUEZ, Josefina Z. (Org.) *Historia General de América Latina*. Paris: UNESCO/Trotta, 2003.

_____. “La formación de los Estados Nacionales en Iberoamerica”. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Buenos Aires, nº15, p.,143-165, 1997.

CNAA Comisión Nacional Archivo Artigas, t. XXX, Montevidéo, 1998.

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*, v.XVIII. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Brasiliense, 2002.

CUADRO CAWEN, Inés. Los Imperios Ibéricos en Montevideo (1817-1820): los avatares del “partido fernandista”. In: FREGA, Ana (Org). *La vida política en Montevideo: elites y sectores populares en tiempos de revolución*. Montevidéo: CSIC de la Universidad de la República, 2018, p.77-116.

DELGADO FABRE, Santiago. “Pueblos y fuerzas en armas en Maldonado durante la construcción provincial (1816-1824)”. *Americanía. Revista de Estudios Latinoamericanos*, Sevilla, nº4, p.277-307, jul-dez, 2016.

DUARTE. Paulo de Queiróz. *Lecor e a Cisplatina: 1816-1828*. 3v. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1985.

DUFFAU, Nicolás. “La administración de justicia en la Provincia Oriental durante la ocupación luso-brasileña (1817-1829)”. *Revista Tiempo Histórico*. Santiago, nº5, jul-dez 2017, p.15-41.

ELLIOTT, John H. *España en Europa: Estudios de Historia Comparada*. València, Universitat de València, 2002.

ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson De La; RODRIGUEZ, Julio Carlos. *La Oligarquía Oriental en la Cisplatina*. Montevidéo, Pueblos Unidos, 1970.

FELDE, Alberto Zum. *Processo histórico del Uruguay: esquema de una sociología nacional*. Montevidéo, Maximino Garcia, 1919.

FERREIRA, Fábio. O 1808 português e espanhol e os seus desdobramentos na Banda Oriental do Rio da Prata. In: ORTIZ ESCAMILLA, Juan; FRASQUET, Ivana (Orgs.). *Jaque a la corona:*

la cuestión política en las independencias ibero-americanas. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I/Servei de Comunicació i Publicacions, 2010, p.37-56.

_____. A participação de índios e negros no exército português: o caso da Cisplatina. In: TAVARES, Célia; RIBAS, Rogério (Org.). *Hierarquias, raça e mobilidade social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010, p.141-150.

_____. “A política externa joanina e a anexação de Caiena: 1809-1817”. In: *Revista Tema Livre*, Niterói, nº7, 23 dez. 2003. Disponível em: revistatemalivre.com

_____. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. *O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela independência do Brasil na Província Cisplatina: 1822-1824*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

FERREIRA, Pablo. “Ciudadanos en armas. La experiencia de la milicia cívica en Montevideo, 1815-1817”. In: *Claves, Revista de Historia*, nº2, Montevideu, jan-jun 2016, p. 9-45.

FREGA, Ana. *Pueblos y Soberanía en la revolución artiguista: la región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

FREGA, Ana. Introdução a los panfletos de la zona Cisplatina. In: José Murilo de Carvalho; Lúcia Bastos; Marcello Basile (Orgs.). *Guerra literária: panfletos da independência (1820-1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FRIEDMAN, Jeanne Lynn. *Free trad e and independence: The Banda Oriental in the world-system, 1806-1830*. Tese. The Ohio State University, Columbus, 1993.

GREENE, Jack. *Negotiated authorotys. Ebssays in colonial political and constitucional history*. Charlottesville & London: The University Press of Virginia, 1994.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. A República Rio-Grandense e a praça de Montevideu (1836–1842). In: HEINZ, Flavio M.; HERRLEIN JR, Ronaldo. *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p.147-166.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia Argentina de la Revolución de Independencia a la confederación rosista*, v. III. Buenos Aires: Editorial Piados, 2000.

_____. *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

JANCSÓ, István (Org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico; O'DONNELL, Julia; MENDES, Pedro Barbosa. "1808-2008. Por uma nova história da administração pública brasileira". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, nº443, p.287-312, abr-jun. 2009.

MACHADO, André Roberto de A. "Um acordo impossível: o papel das guerras na independência e na definição do Estado no Império do Brasil (1822-1825)". *Almanack*: Guarulhos, nº31, p.1-32, 31 ago 2022.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.365-400.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. "As Fugas de escravos da Província de São Pedro para o além-fronteira". *Revista Tema Livre*, Niterói, nº12, 25 abril 2007. Disponível em: revistatemalivre.com

PIVEL DEVOTO, Juan E. "El Congreso Cisplatino (1821): repertorio documental, seleccionado y precedido de um análisis". *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, t.XII, p.111-424, 1937.

PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

PRADO, Fabrício. "Comércio Trans-Imperial e Monarquismo no Rio da Prata Revolucionário: Montevidéu e a Província Cisplatina (1808-1822)". *Almanack*, Guarulhos, nº24, p.1-47, 1 abr 2020.

SALDAÑA, José M. Fernandez. *Diccionario uruguayo de biografías: 1810 – 1940*. Montevideo: Amerindia, 1945.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Caxias e a formação do Império brasileiro: um estudo sobre trajetória, configuração e ação política*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, J.A. Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História*

Geral da Civilização Brasileira, t.II, v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STREET, John. *Gran Bretaña y la independencia del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

WINTER, Murillo Dias. *‘Un periódico que no hable de política al presente, es lo mismo que un fusil sin canon’*: imprensa periódica e a construção da identidade oriental (Província Cisplatina – 1821-1828). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.